

Por uma Revista Jurídica Sem Fronteiras

Sobre o projeto editorial da RBDJ/BJLJ e seu número inaugural

Eliezer Gomes da Silva*

1. SOBRE O PROJETO EDITORIAL DA RBDJ/BJLJ – AUTORES E LEITORES SEM FRONTEIRAS.

No artigo “*hors-concours*”, reproduzido no número inaugural da *Revista Brasileira de Direito e Justiça*, ou *Brazilian Journal of Law and Justice*,[†] a emérita Professora Barbara Hudson, primeira autora a receber merecida homenagem da nova Revista, assim se expressa, em determinada altura de sua reflexão, cientificamente embasada, eticamente orientada e globalmente aplicável:

[...] podemos ser bem diferentes em diversos modos e podemos nunca entender completamente o outro, mas, como Appiah sustenta, os cosmopolitas acreditam que entre as diferentes culturas e modos de vida, há suficiente espaço para que uma conversa se inicie (HUDSON, *infra*, p. 33).

A RBDJ/BJLJ foi concebida com essa visão cosmopolita, ética e humanitária, da possibilidade de um autêntico e sincero diálogo, entre estudiosos do Direito dos mais diversos países, sobre os mais variados temas, alinhados numa comunidade verdadeiramente universal de autores e leitores do Direito. Pretende ser uma Revista rigorosamente científica, genuinamente brasileira, mas de *fronteiras abertas* para o intercâmbio global entre professores e estudantes do Direito; entre juristas, pesquisadores e operadores do Direito; entre o Direito, a Filosofia, a Política e as Ciências Sociais em geral. Nesse propósito, a abertura linguística, a integração acadêmica e o comprometimento ético-humanitário das contribuições publicadas na RBDJ/BJLJ hão de desempenhar papel decisivo.

A começar pela abertura linguística, os artigos serão simultaneamente publicados em inglês e português (ou espanhol, língua acessível para falantes do português, se os manuscritos forem originalmente escritos em espanhol), e não unicamente em seus idiomas originais, como

*Editor-Chefe da *Revista Brasileira de Direito e Justiça/Brazilian Journal of Law and Justice*. Doutor em Direito (Universidade de São Paulo), Mestre em Criminologia (Universidade de Cambridge) e em Linguística (Universidade Federal do Rio de Janeiro), o autor é Professor Adjunto do curso de Direito da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná, Brasil, e docente do programa de Mestrado e Doutorado da Universidade Estadual do Norte do Paraná. É também Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná.

[†] Marcas registradas no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Proc. de n. 907363636 e 907363644, RPI n. 2391, de 23/11/2016, p. 3205).

ocorre em algumas revistas jurídicas brasileiras e latino-americanas que publicam textos de autores estrangeiros. Em verdade, o bilinguismo do periódico ajuda a romper com a barreira acadêmica “norte-sul” e atende a pelo menos quatro estratégias editoriais e acadêmicas:

Primeiro, oferece um atrativo a qualificados pesquisadores brasileiros e latino-americanos, ante a possibilidade de verem seus artigos escritos em português ou espanhol vertidos para o inglês, uma vez aprovados em processo de avaliação por pares, às cegas. Da mesma forma, aos pesquisadores de outros países que submetem seus manuscritos em inglês, a RBDJ/BJLJ lhes oferece a possibilidade de terem os textos traduzidos para o português, atraindo a potencial atenção de um universo considerável de leitores de língua portuguesa, sem que precisem de uma prévia conexão com o Brasil.

Segundo, a recepção de artigos em inglês ou espanhol facilita a efetiva e crescente colaboração de pesquisadores estrangeiros no processo de revisão dos artigos submetidos à RBDJ/BJLJ.

Terceiro, a abertura linguística facilita a apresentação de pesquisas estrangeiras de ponta numa publicação brasileira, promovendo a Revista (e seus autores) em diversos contextos acadêmicos, com paulatina inserção nos indexadores internacionais.

Quarto, o recíproco conhecimento e utilização de pesquisas brasileiras, por pesquisadores estrangeiros, e de pesquisas de estrangeiros por brasileiros, pode levar à formação de redes internacionais de pesquisa.

Não obstante, não são apenas fronteiras linguísticas ou acadêmicas que a RBDJ/BJLJ pretende romper. Como indica o próprio título da Revista (com a referência a “Direito” e “Justiça”), importante característica do perfil editorial da RBDJ/BJLJ é o de tentar articular pesquisas e reflexões de base teórica e dogmática (direito/*law*) com dimensões sociais, políticas e filosóficas em busca de um ideário ético-valorativo (justiça/*justice*). É que a Revista pretende estimular a produção de um conhecimento científico do Direito que não se prenda a reflexões puramente abstratas ou dogmáticas, sem um balizamento quer na dimensão política da ciência jurídica, quer na sua correlação com os valores da justiça, da igualdade e da democracia, quer na concretude operativa das instituições jurídicas (efetivação de direitos).

Outra consideração importante na definição da linha editorial do RBDJ/BJLJ é que, por se tratar de uma Revista que nasce com pretensões de internacionalização, os artigos a serem publicados devem tratar de temas que, ainda que de caráter local, possam ser bem compreendidos e analisados por uma comunidade global de leitores, capaz de associar, criticar,

discutir temas de interesse análogo – *mutatis mutandis* – em seus próprios países. Por conseguinte, a RBDJ/BJLJ valorizará trabalhos que sejam “cosmopolitas”, no sentido de propiciarem um fecundo diálogo e a livre circulação de ideias, independentemente da origem nacional ou filiação institucional de seus autores. Com tais requisitos, não se admira o alto número de rejeição de artigos submetidos. O reduzido número de artigos passa por tripla filtragem: a primeira, de adequação editorial; a segunda, por um corpo interno de editores assistentes especializados; a terceira, por parte de um corpo de revisores anônimos que avalia, de forma individualizada e independente, o mérito científico dos artigos submetidos à Revista (dupla revisão por pares, às cegas).

A dupla revisão por pares, às cegas, a cargo de um Conselho Científico oriundo de instituições e localidades as mais diversas, com integrantes das mais variadas formações, do qual propositalmente integra um número muito pequeno de pesquisadores sediados no próprio estado do Paraná, ou mesmo na região sul do Brasil (que seria a natural área de influência da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG – responsável pela publicação), atende, de modo pleno, à esperada exogenia do Conselho Editorial de uma revista científica. Mais que isso, sinaliza que a RBDJ/BJLJ se propõe a ser uma Revista “*sem fronteiras*”, não apenas no que se refere à sua circulação, mas também em relação às decisões editoriais e científicas no tocante à avaliação dos manuscritos submetidos. Nesse sentido, a RBDJ/BJLJ não pretende pertencer à UEPG, ou a seus editores locais. Sua seleção de textos não pretende refletir temas de preferência pessoal dos editores ou privilegiar suas particulares afinidades acadêmicas, mas o resultado da contribuição de uma rede inter-regional e internacional de pesquisadores.

Além de artigos inéditos, selecionados pela dupla revisão por pares às cegas, os quais compõem o maior número de artigos da Revista, a RBDJ/BJLJ também publicará, na seção “*hors-concours*”, textos escritos por acadêmicos convidados, da mais alta distinção científica. A propósito, a expressão “*hors-concours*” refere-se ao fato de que, independentemente do mérito intrínseco do artigo do autor convidado, este deixou de se submeter ao processo de avaliação por pares como homenagem que a Revista lhe presta, ante a reconhecida importância e influência de sua trajetória intelectual. A contribuição do homenageado poderá ser feita com a aceitação do convite dos editores para a elaboração de artigos inéditos, ou pela autorização para a republicação de textos já consagrados. Segue-se um texto original, escrito por outro proeminente pesquisador, contendo uma gentil discussão, releitura ou um curto comentário acerca do texto “*hors-concours*”. Desta forma, a Revista, ao mesmo tempo em que prestigia trajetórias intelectuais consolidadas, procura associá-las a contribuições de novos

pesquisadores, propiciando um profícuo diálogo entre pesquisadores de diferentes gerações.

2. SOBRE O PROJETO EDITORIAL DA RBDJ/BJLJ – EDITORES SEM FRONTEIRAS.

A RBDJ/BJLJ é obviamente fruto de uma ampliada e idealista equipe editorial, que merece expressa menção e sinceros agradecimentos.

Em primeiro lugar, há que se registrar que a RBDJ/BJLJ só se tornou hoje uma realidade porque contou com o apoio, o incentivo, o entusiasmo, desde o início, da Professora Tanya Hernández, da Escola de Direito da Fordham University, de Nova York, e da Professora Susan (“Sue”) Uttley-Evans, da Escola de Direito da Universidade de Central Lancashire, no Reino Unido. A ajuda de ambas prova que solidariedade, amizade e cooperação mútua certamente contribuem para o bom êxito de parcerias envolvendo editores de diferentes países. Tanya e Sue têm sido parceiras de primeira e última hora.

Apenas para dar um exemplo, Tanya, uma vez informada das supervenientes dificuldades de sustentabilidade financeira da Revista, não hesitou em engajar no projeto John Summerlin, seu Assistente de Pesquisa, encarregando-o da revisão da tradução dos textos para o inglês, visando lhes dar maior naturalidade aos falantes nativos daquele idioma. E John o fez de forma gratuita, com a mais alta competência, pelo que a RBDJ/BJLJ aqui lhe direciona os mais especiais agradecimentos. Por sua vez, Sue sugeriu que escolhêssemos como artigo “hors-concours” o derradeiro texto da Professora Barbara Hudson, providenciando junto a Leanne Webber, coordenadora da edição original, bem como junto à editora Routledge, Taylor & Francis Group (responsável pela primeira publicação) autorização para a republicação do inspirador artigo, bem como para sua tradução para o português (que tive a honra de pessoalmente realizar). E numa perfeita sintonia entre os principais Editores da Revista, Tanya teve a grande ideia de convidar Ediberto Román para comentar o artigo de Barbara, tendo Ediberto (a quem também agradecemos pela pronta aceitação do convite) provado que a escolha de Tanya foi das mais acertadas.

Esses são apenas alguns exemplos de que, sem Tanya Hernández ou Sue Evans, Editoras Associadas da Revista, o primeiro número da RBDJ/BJLJ jamais teria saído de forma tão fiel a seu perfil editorial – científico, ético, humanitário e global. E é muito bom ver amizades reforçadas e consolidadas, apesar da distância, em meio aos desafios de uma empreita acadêmica idealista e, ao mesmo tempo, muito ambiciosa e desafiadora, no modesto contexto estrutural em que se colocou. A sinergia entre os três Editores principais provou que a Professora Hudson estava certa quando escreveu: “Porque o mundo é uma esfera, e não uma

superfície plana, as pessoas não podem se separar umas das outras: cada passo longe de alguém traz a pessoa mais perto de um outro alguém.” (HUDSON, *infra*, p. 32)

É de se registrar, também, que o projeto Editorial da RBDJ/BJLJ somente passou a se tornar factível com a entusiasmada adesão de uma amplamente qualificada seleção de intelectuais, das mais diversas universidades do Brasil, e de outros países latino-americanos, os quais não apenas concordaram em figurar, formalmente, no elenco de consultores, mas efetivamente se predispuseram a atuar como revisores. Por isso merecem aqui nova menção, em singelo e justo agradecimento, sem prejuízo dos créditos no expediente das primeiras páginas.[‡] Muitos desses integrantes do Conselho Editorial Científico passamos a conhecer por participar do grupo “SELA” (*Seminario en Latinoamérica de Teoría Constitucional y Política/Seminar in Latin American on Constitutional and Political Theory*), da Faculdade de Direito da Universidade de Yale, uma notável iniciativa, que se mantém ativa há mais de vinte anos ininterruptos, de intercâmbio acadêmico “norte-sul”, reunindo, em encontros e publicações anuais, juristas de todo o continente americano, e de alguns países da Europa.

A todos os anônimos revisores (sejam os próprios integrantes do Conselho Editorial Científico, sejam os consultores “*ad hoc*”, acionados em caso de ausências ou impedimentos no quadro permanente de avaliadores e consultores) vão aqui nossos mais profundos agradecimentos, ante a generosa missão que desempenham: sacrificam parte de precioso tempo disponível para a elaboração de suas próprias pesquisas, em prol da silenciosa, anônima

[‡] Alberto Amaral Júnior, Universidade de São Paulo, Brasil; Alexandre Morais da Rosa, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil; Ana Maria de Oliveira Nusdeo, Universidade de São Paulo, Brasil; Ana Paula Goncalves Pereira de Barcellos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil; Andityas Soares de Moura Costa Matos, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil; Ángel R. Oquendo, University of Connecticut, Estados Unidos; Caio Mario da Silva Pereira Neto, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo; Cielo Mariño Rojas, Universidad Externado de Colombia, Colômbia; Diego Werneck Arguelhes, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, Brasil; Edson Damas da Silveira, Universidade do Estado do Amazonas, Brasil; Esteban Restrepo Saldarriaga, Universidad de Los Andes, Colômbia; Evandro Charles Piza Duarte, Universidade de Brasília, Brasil; Fabiana Del Padre Tomé, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil; Gisele Ricobom, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Brasil; Guilherme Scotti Rodrigues, Universidade de Brasília, Brasil; Guido Aguila Grados, Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Peru; Janaina Conceição Paschoal, Universidade de São Paulo, Brasil; João Luis Nogueira Matias, Universidade Federal do Ceará, Brasil; José Luis Sardón, Universidad Peruana de Ciencias Aplicadas, Peru; Julieta Lemaitre Ripoll, Universidad de los Andes, Colômbia; Lucas S. Grosman, Universidad de San Andrés, Argentina; Marcelo Ferrante, Universidad Torcuato di Tella, Argentina; Márcio Ricardo Staffen, Faculdade Meridional - IMED, Brasil; Marcos Jorge Catalan, Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, Brasil; Maria Luiza Pereira de Alencar Feitosa, Universidade Federal da Paraíba, Brasil; Mariana Mota Prado, University of Toronto, Canadá; Maurício Stegemann Dieter, Universidade de São Paulo, Brasil; Moisés da Fontoura Pinto Neto, Universidade Luterana do Brasil, Brasil; Paulo de Tarso Brandão, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil; Pedro Salazar Ugarte, Universidade Nacional Autónoma de México, México; Renata Ovenhausen Albernaz, Universidade Federal de Pelotas - UFPEL - RS, Brasil; Ronaldo Porto Macedo Junior, Universidade de São Paulo, Brasil; Samuel Rodríguez Ferrández, Universidad de Murcia, Espanha; Susan Mary Uttley, University of Central Lancashire, Reino Unido; Tanya Hernández, Fordham University, Estados Unidos.

contribuição para o aperfeiçoamento do trabalho de outros pesquisadores. Essa talvez seja o que a metodologia da revisão por pares às cegas proporciona de mais nobre: altruísmo e solidariedade entre pesquisadores, em prol do progresso da ciência.

Também foram muito importantes, para a garantia da qualidade dos textos aprovados, a contribuição de Alexandre Almeida Rocha, Dircéia Moreira, Jeaneth Nunes Stefaniak, Jefferson Marcos Biagini Medina, Kleber Lázaro, Murilo Duarte Costa Correa e Zilda Maria Consalter, Editores Assistentes da Revista, meus colegas da Faculdade de Direito da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná, Brasil. Sendo professores das mais diversas disciplinas, foram personagens-chave em auxiliar o Editor-Chefe num primeiro filtro de qualidade das submissões (“*desk review*”), antes da submissão dos manuscritos para revisão anônima pelos qualificados integrantes do Conselho Editorial Científico. Esse filtro prévio vela para que sejam encaminhadas ao Conselho Editorial Científico, para avaliação, somente contribuições potencialmente qualificadas, inclusive quanto à adequação do texto, em termos de redação e articulação de ideias e apresentação de dados.

Nossos agradecimentos especiais ao Professor Vicente Paulo Hajaki Ribas, Diretor do Setor de Ciências Jurídicas da UEPG, e à Professora Lucia Cortes, Diretora da Editora UEPG, pelo imprescindível apoio institucional ao diferenciado projeto da Revista, desde o início.

Finalmente, nosso agradecimento especial ao Programa de Mestrado e Doutorado em Direito, da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), um de nossos parceiros institucionais, e à Fundação Escola do Ministério Público do Estado do Paraná (FEMPAR), na representação de seu presidente, Marcos Bittencourt Fowler, que nos ajudou a vencer os últimos desafios para a publicação do primeiro número de uma nova revista jurídica de caráter científico, em plataforma aberta, com escassos recursos financeiros, humanos e materiais, sediada numa instituição universitária pública, numa época de notória e grave crise política e econômica vivenciada pelo Brasil.

3. SOBRE O NÚMERO INAUGURAL DA RBDJ/BJLJ – DIMENSÕES ÉTICAS E SOCIO-POLÍTICAS DO DIREITO, EM UMA COMUNIDADE JURÍDICA SEM FRONTEIRAS.

O artigo “*hors-concours*”, escrito pela Professora inglesa Barbara Hudson (“Comunidades morais além-fronteiras: o particularismo do Direito encontra o universalismo da Ética”) se revelou excelente escolha para o primeiro número da Revista. Não apenas por conta da notável trajetória acadêmica de sua autora, ou em razão das ligações acadêmicas que teve com o Brasil, nos últimos anos de sua vida (embora estes já fossem motivos suficientes

para a justa e merecida homenagem que a Revista lhe presta). O artigo escolhido (bem coerente com a orientação humanista que a Professora Barbara adotou em sua vida inteira) discute o tema da migração, de grande atualidade, sob o ponto de vista da “justiça cosmopolita”, numa abordagem ousada e inovadora. E mesmo que alguns, ao lerem o texto de Barbara Hudson, possam eventualmente considerá-lo excessivamente otimista, idealista, tais características – se efetivamente forem reconhecidas – emprestam mais força ao texto, pois oferecem um imprescindível contraponto para se discutir o problema das migrações nos dias hoje. Humanidade e hospitalidade realmente importam, na cena contemporânea global, de horror, ódio, conflito, descrença e desesperança.

Considerando que, a despeito do caráter atemporal do visionário artigo da Professora Barbara Hudson, ele foi escrito antes da fuga dos refugiados da Síria, antes do *Brexit*, antes da vitória de Donald Trump, poucos teriam tão qualificada *expertise* quanto o Professor Ediberto Román para se desincumbir da missão de nos brindar com uma original e inédita revisitação do ensaio da Professora Barbara Hudson, instigando-nos a pensar sobre a factibilidade, os desafios e as perspectivas do referencial ético da justiça cosmopolita aplicada às migrações, na atual cena contemporânea global. Diga-se de passagem, os perfis biobibliográficos, tanto da Professora Hudson quanto do Professor Román, bem demonstram como ambos correspondem a notáveis exemplos dos pensadores que a Revista pretende prestigiar nos textos que publicará: os que aliam sólida reflexão científica a um sincero comprometimento social, ético e humanitário. O artigo de revisão, “Fazendo Justiça à Diferença: Por uma Visão Cosmopolita de Justiça – o Legado de Barbara Hudson”, escrito por nossa Editora associada, Susan Uttley-Evans, completa essa trilogia de contribuições em torno da “justiça cosmopolita”, sob inspiração da homenagem prestada à Professora Hudson.

O primeiro dos artigos submetidos à revisão anônima por pares é o texto de Leandro Zanitelli, da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil, “Capitalismo, Democracia Econômica e o Princípio da Diferença”. Para muito além da já desgastada oposição “inclusão social *versus* (neo)liberalismo”, o Professor Zanitelli, em erudito e inovador artigo, em que coteja as correntes reflexões de Schweickart com já clássicos textos de Rawls, traz fecunda análise das possibilidades político-institucionais e jurídicas acerca da chamada “democracia material”. Com efeito, na cena contemporânea (de escassez de recursos, inversamente proporcional ao crescimento de demandas de toda sorte), a democracia é convocada a dar respostas sustentáveis, do ponto de vista econômico e ético, a valores caros como a justiça social e a igualdade de oportunidades.

O segundo artigo é uma contribuição de Maristella Tesi, da Universidade da Calábria, Itália (“De um direito penal antropocêntrico para um direito penal antropomórfico – a propósito da *“cultural defense”*”), e articula uma questão de interesse crescente, num mundo cada vez mais globalizado e (é de se supor) diversificado, com diferentes intercâmbios de culturas, notadamente em fluxos migratórios: até que ponto a antropologia cultural tem (ou há de ter) ressonância em questões da teoria geral do direito penal, para fins de delimitação de responsabilidades. Tesi discute as bases e os limites para a consideração, na teoria e na prática dos sistemas de justiça mundo afora, da chamada *“cultural defense”*, ou seja, um imperativo de afinidade cultural, que de tão forte na determinação do querer e do agir, possa ter repercussão (total ou diminuída) na responsabilização criminal dos que cometem crimes em contexto de choque de tradições interculturais.

André Luiz Costa-Corrêa, do Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas, com seu artigo “Considerações sobre a eficiência tributária para uma tributação no século XXI”, traz um olhar diferenciado para o Direito Tributário, cobrando-lhe uma contribuição como instrumento de diminuição das desigualdades sociais. Em verdade, ante a maior frequência de textos, em matéria tributária, que ou se desenvolvem em torno das “razões do Estado” para tributar, ou sobre as proteções jurídicas, de índole constitucional, às quais podem se socorrer os contribuintes, “contra o Estado”, para aplacar sua fúria arrecadatória, o texto do Professor Costa-Corrêa chama a atenção para os fins sociais da tributação e sua responsabilidade com o desenvolvimento humano e com a implementação das demandas do estado democrático de direito.

Michelle Amorim Sancho Souza, Juíza no Estado do Maranhão, Brasil, com seu artigo “A concretização da dignidade coletiva por meio do dano moral coletivo”, oferece-nos um excelente recorte do Direito Civil, que ultrapassa as clássicas noções civilistas (no Brasil e além-fronteiras) quanto à natureza intrinsecamente individual da vitimização decorrente de atos ilícitos. No cenário contemporâneo das sociedades de risco, em que ações envolvendo interesses difusos e coletivos ganham especial vulto (notadamente os que envolvem direitos do consumidor, do meio ambiente, e de uma ampla rede de proteção a grupos em situação de opressão, discriminação ou vulnerabilidade), pensar numa dignidade moral coletiva juridicamente amparada, inclusive com eventual punição a seus detratores, certamente oferece uma importante contribuição para os avanços teóricos do direito civil, do direito processual civil, do direito constitucional, dos direitos humanos. Isso porque, “importar-se com a dor dos outros” há de pressupor não apenas respostas jurídicas a lesões a direitos de indivíduos bem

identificados, mas também a toda uma classe de pessoas “invisíveis” que igualmente sofrem, em silêncio, direta ou indiretamente, com as violações de direitos fundamentais.

Lança-se, portanto, o primeiro número de um projeto editorial na área do Direito que nasce no Brasil, mas que pretende acolher uma comunidade universal de autores, leitores, avaliadores, divulgadores e apoiadores da Revista. Nossos agradecimentos aos autores do primeiro número (Ediberto Román, comentarista convidado, Susan Uttley-Evans, Leandro Zanitelli, Maristella Tesi, Michele Souza, André Costa-Corrêa), que tiveram a enorme paciência e generosidade de esperar pela publicação. Valeu a pena esperar. Suas contribuições são todas voltadas não apenas para o aperfeiçoamento do Direito como ciência, mas também para o desenvolvimento e amparo jurídico a pessoas de carne e osso, em seu direito a uma vida digna, para si e para os que lhes cercam.

Unamos nossos esforços, cidadãos e juristas do mundo, para que a Ética, a Empatia e a dimensão global dos Direitos Humanos possam inspirar e iluminar as discussões científicas de uma Revista Jurídica “Sem Fronteiras”, como pretende ser a *Revista Brasileira e de Direito e Justiça/Brazilian Journal of Law and Justice*.

Por fim, uma nota pessoal: não poderia deixar de dedicar todos os esforços dessa empreita à memória de minha adorada irmã, Dra. Eliane Borges da Silva, precocemente falecida em abril desse ano, por tudo o que viveu e lutou, inclusive do ponto de vista acadêmico e profissional, em prol de um mundo mais igual, mais justo e mais democrático, especialmente em favor das mulheres e da população negra brasileira.